

H1R00498

5

Índios discutem estatuto

Tribos do Maranhão, Pará e Tocantins buscam solução de problemas

Foto: Brownie Meireles

IMPERATRIZ - Povos indígenas dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins estão em Imperatriz discutindo seus direitos durante o Fórum Regional de Direitos Indígenas da Amazônia Oriental. O evento é uma promoção da Coordenação-geral de Defesa dos Direitos Indígenas da Fundação Nacional do Índio com o apoio do Governo do Estado. Os índios discutem até hoje no Centro Anajás.

O fórum em Imperatriz ganha importância, porque reúne regiões de três estados que abrigam uma grande população indígena localizada principalmente na chamada Região do Bico do Papagaio e áreas adjacentes.

O principal tema em debate é o substitutivo do deputado federal Luciano Pizzatto (PFL-PR) ao projeto de Lei 2.057 que trata da reforma do estatuto indígena que está em tramitação no Congresso Nacional. A proposta alternativa do Executivo também estará em discussão.

Os índios terão a oportunidade de falar sobre demarcação de terras, regulamentação do patrimônio indígena a valorização da cultura e o incremento das ações de saúde e educação.

PARTICIPANTES

Do Maranhão participam do evento os povos indígenas Guajajara, Canela, Krikati, Urubu-Kaapor e Timbira. Do Pará, participam os Munduruku, Gavião e Tembé. Do estado do Tocantins participam os índios Krahô e Pinajé. Um evento semelhante a esse foi realizado na Amazônia, Região



Índios Krikati, do Maranhão, uma das várias tribos que participam do encontro em Imperatriz

do Pantanal, Sul do Brasil, outros estados do Nordeste e em Brasília.

O supervisor de Serviços Indígenas da Gerência de Estado de Desenvolvimento Social, José Monteiro Filho, diz que essa é

uma oportunidade ímpar para discutir os direitos dos povos indígenas. Segundo ele, o Governo do Estado vem fazendo a sua parte com a implementação de políticas públicas planejadas que contemplam comunidades indi-

genas.

"São ações nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura e produção que têm como objetivo tornar as comunidades indígenas auto-suficientes e independentes", assegura o supervisor.